

A estrada de tijolos dourados da Soft

LAVA JATO A investigação da consultoria de doleiros amplia o escopo da força-tarefa

POR FABIO SERAPIÃO

EMBORA AMPLAMENTE divulgado pelo fato de expor os pagamentos da Camargo Corrêa ao Instituto Lula, o laudo pericial 1047/2015, anexado aos processos da Lava Jato, é valioso por outros motivos. Elaborado pelo perito Ivan Roberto Ferreira Pinto, o documento tem como base a análise de um HD da marca Samsung apreendido na empreiteira. Nele, os investigadores da força-tarefa encontraram 1 terabyte de “registros contábeis” cujo conteúdo abarca as doações eleitorais realizadas pela empreiteira, valores recebidos de obras públicas e os pagamentos efetuados a consultorias no período entre 2008 e 2013.

Em uma primeira análise, o conteúdo bruto do HD revela as três partes envolvidas no *modus operandi* descoberto pela Lava Jato. A saber: as obras públicas possivelmente fraudadas, as consultorias utilizadas para maquiagem dos repasses de propina e os destinatários de doações eleitorais

efetuadas com o objetivo de garantir a boa relação com os políticos detentores de poder nas estatais. Com as novas informações, a força-tarefa deve ampliar seu escopo de atuação.

Nesse cenário, procuradores e delegados devem mapear o caminho do dinheiro da empreiteira, passando pelas consultorias, até chegar aos políticos e agentes públicos por meio de doações eleitorais e propina. Além de aumentar o leque de obras investigadas, o laudo demonstra a possibilidade de irregularidades descobertas no passado, e mantidas impunes pelas altas cortes brasileiras, serem revisitadas. Um desses casos envolve a Soft Consultoria. Segundo o laudo, a empresa recebeu ao menos 7,1 milhões de reais da construtora desde 2008. Em um primeiro momento, os repasses aparentam legalidade, mas, assim como as empresas do doleiro Alberto

Youssef, a Soft serviu como intermediária do pagamento de propina.

Embora a força-tarefa não possa utilizar os documentos da Operação Castelo de Areia, ao seguir o caminho do dinheiro será possível desvendar a mecânica dos repasses. De acordo com a investigação realizada em 2009, a Soft era utilizada por doleiros do Rio de Janeiro, em especial José Diney Matos e Jadair Fernandes de Almeida, para receber dinheiro da construtora e, posteriormente, enviar os valores ao exterior. Lá fora, o dinheiro era utilizado no pagamento de agentes públicos e lobistas envolvidos nas fraudes em obras públicas.

Sobre umas dessas transações entre a consultoria e a construtora, a PF aponta em um relatório da Castelo de Areia: “Salientamos que o contrato foi pago pela empresa Camargo Corrêa para a Soft, que subcontratou a Admaster, que subcontratou, no exterior, a Surpark, que por sua vez efetuava os depósitos nas contas indicadas pela construtora”. Caso consiga alcançar essas transações por meio das quebras de sigilo da consultoria e da construtora, os investigadores poderão, sem a necessidade de se valer do material da Castelo, mapear repasses a obras da própria Petrobras e de vários órgãos públicos.

Outra consultoria citada no laudo da PF é a PFGB Assessoria. Com 7,3 milhões de reais recebidos desde 2008, a empresa é do ex-vice-presidente da construtora, Pietro Francesco Giavina Bianchi. Para os investigadores da Castelo de Areia, Bianchi era o “orquestrador” do esquema de pagamento de propina descoberto à época. Com o ex-funcionário foi apreendida uma vasta documentação relacionada a pagamentos realizados a políticos e movimentações em *offshore* e contas no exterior. “Sua liderança no complexo esquema de pagamento de supostas



Delação. O executivo Dalton Avancini, da Camargo Corrêa, precisará falar mais e apresentar provas

WILSON DIAS/ABR

III.5.1 – GLOBALBANK ASSESSORIA LTDA.

Segundo informações colhidas no sítio eletrônico da Junta Comercial do Estado de São Paulo, a empresa GLOBALBANK ASSESSORIA LTDA. (CNPJ 02.116.726/0001) tem como sócios os Srs. **PEDRO PAULO BERGAMANCHI DE LEONI RAMOS** (CPF 599.838.927-15), RICARDO KASSARDJIAN, (CPF 064.488.898-92) e JOAO MAURO BOSCHIERO (CPF 071.602.678-34).

Foram registrados na contabilidade da empresa Camargo Corrêa e informados à Receita Federal do Brasil, segundo constam nos arquivos SPED CONTÁBIL, dois pagamentos à empresa GLOBALBANK ASSESSORIA, em 2009 e em 2012, no montante de R\$ 3.519.376,00, nas datas demonstradas na Tabela 4 deste laudo. Os pagamentos foram efetuados através da conta corrente do Banco Bradesco, código de conta contábil 10102043. Foram contabilizados R\$ 3.693.750,00 na conta FORNECEDORES NO PAÍS – TERCEIROS (código contábil 201010001) e R\$ 174.374,00, como CSLL, PIS E COFINS A RECOLHER (código contábil 206030041).

Tabela 4 – Lançamentos que registram pagamentos à GLOBALBANK ASSESSORIA LTDA.

Pagamento	Data do Lançamento	Valor pago (R\$)
1	11/03/2009	1.759.688,00
2	17/12/2012	1.759.688,00
TOTAL		3.519.376,00

III.5.13 – SOFT CONSULTORIA LTDA.

No período de 26/10/2008 a 08/12/2009, foram pagos R\$ 7.170.561,67 à empresa SOFT CONSULTORIA LTDA., conforme demonstrado na Tabela 15. Deste montante, foram pagos, em 2008, total de R\$ 6.000.000,00, pelo Banco Unibanco, e em 2009, o total de R\$ 1.170.561,67, pelo Banco Bradesco.

Tabela 15 – Lançamentos que registram pagamentos à SOFT CONSULTORIA LTDA.

Data do Lançamento	Conta Lançada	Valor (R\$)
06/10/2008	UNIBANCO S/A - SAIDAS	6.000.000,00
26/05/2009	BANCO BRADESCO S/A - SAIDAS	27.521,51
09/06/2009	BANCO BRADESCO S/A - SAIDAS	323.954,40
16/06/2009	BANCO BRADESCO S/A - SAIDAS	291.106,90
26/06/2009	BANCO BRADESCO S/A - SAIDAS	69.918,25
27/08/2009	BANCO BRADESCO S/A - SAIDAS	124.107,60
01/10/2009	BANCO BRADESCO S/A - SAIDAS	237.581,10
05/11/2009	BANCO BRADESCO S/A - SAIDAS	56.016,41
08/12/2009	BANCO BRADESCO S/A - SAIDAS	40.355,50
	TOTAL	7.170.561,67

propinas, evasão de divisas e lavagem de dinheiro fica clara pela quantidade de informações apreendidas em seu poder. Seja na residência, seja no escritório, em papel ou em mídia, Pietro foi o investigado que mais gerou provas a esta investigação”, afirma o relatório final da Castelo.

Além de revisitar os crimes apurados, porém não punidos, na Castelo de Areia,

o mapeamento deve aumentar exponencialmente o leque de obras investigadas pela Lava Jato. Um indício está no fato de a Globalbank Assessoria aparecer como destinatária de ao menos 3,5 milhões de reais pagos pela empreiteira. O dono da empresa é o ex-ministro de Fernando Collor, Pedro Paulo Leoni Ramos. PP, apelido do empresário, seria um lobista

Na mira, obras do setor elétrico e um ex-ministro de Fernando Collor

do setor elétrico. Uma investigação de sua consultoria deverá contribuir na apuração de desvios em obras como a Usina de Jirau, de Belo Monte, de Tucuruí e mais de uma dezena de empreendimentos relacionados ao sistema elétrico.

Abordar como fato principal do laudo as doações ao Instituto Lula, se não desnecessário, serve apenas para esconder que a Lava Jato alcança um momento crucial no qual terá de escolher entre restringir-se aos delitos cometidos na Petrobras ou expandir suas frentes de investigação para todos os setores nos quais o cartel de empreiteiras atuou.

Uma prova de que a escolha deve ser pela segunda opção pode estar no despacho de homologação da delação de Dalton Avancini, ex-diretor da Camargo Corrêa. Nele, o juiz Sergio Moro, além de requisitar detalhes de doações eleitorais, apontou a necessidade de o delator apresentar as provas sobre desvios não só na petroquímica, mas da Infraero e da Sanasa, empresa de Saneamento de Campinas. Aí, talvez, a caixa de Pandora venha a ser finalmente aberta. •